



CHAPECOENSE GERAÇÃO S.A E CONTROLADA

CNPJ: 07.829.836/0001-42

Relatório da administração - 2023

Mensagem da Administração
Senhores Acionistas,

A Administração da Chapecoense Geração S.A. e sua controlada Foz do Chapecó Energia S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, juntamente com o parecer dos auditores independentes.

Estrutura Acionária

O Capital Social da Chapecoense Geração S.A., no valor de R\$ 254.509.342,00 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, quinhentos e nove mil, trezentos e quarenta e dois reais), representado por 254.129.342 (duzentas e cinquenta e quatro milhões, cento e vinte e nove mil, trezentas e quarenta e duas) ações ordinárias nominativas, é totalmente subscrito e integralizado da seguinte forma:

Acionistas	Participação
CPFL Geração de Energia S.A.	51%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	40%
Cia. Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G	9%

O capital social da Foz do Chapecó Energia S.A., no valor de R\$ 254.129.342,00 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, cento e vinte e nove mil, trezentos e quarenta e dois reais), representado por 254.129.342 (duzentas e cinquenta e quatro milhões, cento e vinte e nove mil, trezentas e quarenta e duas) ações ordinárias nominativas, é totalmente subscrito e integralizado pela Chapecoense Geração S.A.

Desempenho Operacional

A disponibilidade das unidades geradoras de energia em 2023 foi de 97,40%, superior ao definido na portaria do Ministério de Minas e Energia (MME) nº 709/2022, determinado em 96,50%.

A usina hidrelétrica Foz do Chapecó possui uma potência instalada de 855 MW e 408,9 MW médios de energia assegurada, correspondentes a 3.581.964,00 MWh/ano. A geração líquida acumulada em 2023 foi de 3.866.189,240 MWh. O número foi 7,93% acima da energia assegurada.

Desempenho Econômico e Financeiro

A Foz do Chapecó Energia S.A. obteve em 2023 uma receita operacional líquida de R\$ 1.274.912 mil, atingindo um EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$ 997.828 mil e lucro líquido de R\$ 487.051 mil.

Gestão Corporativa

A Foz do Chapecó Energia S.A busca a melhoria contínua dos seus processos. Em 2023, obteve novamente a recertificação das normas ISOs 9001:2015, 14001:2015 e 45001:2018, pela QMS Certification. Atingiu plenamente as metas internas estabelecidas no âmbito ESG, visando aprimorar procedimentos e atividades. Entre essas ações, destaque para a renovação da adesão da empresa ao Programa Brasileiro GHG Protocol, com a publicação e divulgação do inventário no Registro Público de Emissões de gases de efeito estufa. Em 2023 a Companhia iniciou a implantação da norma ISO 55.000.

Gestão Socioambiental

Além do atendimento de normativas como a ISO 14001 (gestão ambiental), a Foz do Chapecó Energia S.A mantém o compromisso de cumprir as obrigações estabelecidas no seu processo de licenciamento ambiental conduzido pelo Ibama.

A equipe de Meio Ambiente e Sociopatrimonial da Foz do Chapecó Energia S.A, gerencia as atividades vinculadas a Licença de Operação, a qual possui 53 condicionantes, incluindo a execução do PBA (Plano Básico Ambiental), com 22 programas ambientais. Destacamos a seguir os resultados mais relevantes do ano de 2023:

- o programa de monitoramento e conservação da fauna terrestre na APP do reservatório identificou 194 espécies (anfíbios, répteis, aves e mamíferos) da Lista Vermelha da IUCN além de outras nove espécies (aves e mamíferos) que fazem parte de Listas Vermelhas estaduais (RS e SC) e brasileira;
- os programas de restauração do canteiro de obras e da restauração da APP do reservatório atenderam uma área de 71,03 ha com plantios de 20.689 mudas de árvores nativas;
- as comunidades do entorno do reservatório receberam 17.590 mudas geneticamente melhoradas de abacaxi e banana objetivando auxiliar na geração de renda do público-alvo, beneficiando 92 pessoas pelo programa de apoio às atividades agropecuárias;
- o programa de comunicação social atendeu cerca de 450 pessoas que visitaram a usina;
- das 75 espécies de peixes capturadas em 2023 pelo programa de monitoramento e manejo da ictiofauna e da pesca, três foram classificadas como introduzidas, uma como ameaçada de extinção e quatro espécies migradoras de longa distância;
- foram efetuadas atividades de solturas de 162.772 alevinos das espécies de curimatá, dourado, surubi e piava, para o repovoamento do reservatório da usina.

Para além das obrigações legais, a empresa destinou no ano de 2023 mais de R\$ 5,3 milhões por meio de leis de incentivo fiscal para 54 projetos sociais. Os projetos apoiados pertencem às seguintes linhas de atuação: Fundo do Idoso, da Criança e do Adolescente, Leis do Esporte, Rouanet e de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD) e abrangeram os 14 municípios da área de influência da usina.

Pesquisa & Desenvolvimento

Em 2023, a Foz do Chapecó Energia S.A investiu R\$ 12,591 milhões em seu Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, dos quais R\$ 5,086 milhões foram destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), R\$ 2,543 milhões alocado no Ministério de Minas e Energia e R\$ 1,526 milhão para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Outros R\$ 3,436 milhões foram investidos diretamente em projetos junto a Universidades, Centros de Pesquisa e empresas de tecnologia.

Agradecimentos

A Administração da Foz do Chapecó Energia agradece aos seus acionistas, autoridades e órgãos da administração pública, fornecedores e a comunidade residente na região da usina pela confiança depositada na companhia no ano de 2023. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022		
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	4	7	16	222.719	381.282	Fornecedores	12	-	-	21.870	26.417
Contas a receber de clientes	6	-	-	158.451	153.860	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	234.447	235.203
Impostos a recuperar	7	2	2	25.957	2.027	Salários e obrigações sociais		-	-	1.903	2.022
Dividendos a receber		445	345	-	-	Impostos a recolher	14.a	-	-	8.622	8.677
Despesas antecipadas	8	-	-	493	496	Imposto de renda e contribuição social a recolher	14.b	-	-	183.697	155.956
Outros créditos		-	-	3.117	4.924	Taxas regulamentares	15	-	-	18.893	17.915
		454	363	410.737	542.589	Uso do bem público	16	-	-	96.338	96.691
						Provisão para riscos cíveis	17	-	-	41.665	34.797
										607.435	577.678
Não circulante											
Despesas antecipadas	8	-	-	16	13	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	653.355	877.391
Aplicações financeiras vinculadas	5	-	-	56.258	58.058	Taxas regulamentares	15	-	-	1.587	427
Impostos a recuperar	7	-	-	328	413	Uso do bem público	16	-	-	1.044.375	1.050.961
Outros créditos		-	-	5.400	4.133	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	17	-	-	23.092	22.596
Investimento em controlada	9	537.989	633.717	-	-	Impostos diferidos	23.a	-	-	116.014	64.996
Imobilizado	10	-	-	1.858.361	1.958.636					1.838.423	2.016.371
Intangível	11	-	-	653.201	664.287	Patrimônio líquido					
		537.989	633.717	2.573.564	2.685.540	Capital social		254.509	254.509	254.509	254.509
						Reservas de lucros		283.934	379.571	283.934	379.571
						Total do patrimônio líquido		538.443	634.080	538.443	634.080
Total do ativo		538.443	634.080	2.984.301	3.228.129	Total do passivo e patrimônio líquido		538.443	634.080	2.984.301	3.228.129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	19	-	-	1.274.912	1.203.128
Custo de geração de energia elétrica	20	-	-	(394.004)	(382.528)
Resultado bruto		-	-	880.908	820.600
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	21	-	-	(7.076)	(7.106)
Honorários da administração	25	-	-	(1.534)	(1.698)
Resultado de equivalência patrimonial	10	487.051	422.709	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		-	-	340	1.440
		487.051	422.709	(8.270)	(7.364)
Resultado antes do resultado financeiro		487.051	422.709	872.638	813.236
Receitas financeiras	22	-	-	45.149	58.616
Despesas financeiras	22	(1)	(1)	(186.707)	(234.195)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		487.050	422.708	731.080	637.657
Contribuição social corrente	23	-	-	(64.777)	(57.036)
Imposto de renda corrente	23	-	-	(179.887)	(158.388)
Contribuição social diferida	23	-	-	168	126
Imposto de renda diferido	23	-	-	466	349
Resultado do exercício		487.050	422.708	487.050	422.708

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais - R\$)

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício		487.050	422.708	487.050	422.708
Total do resultado abrangente		487.050	422.708	487.050	422.708

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais - R\$)

		Reservas de lucros			Lucros acumul.	Total
		Capital social	Legal	Retenção		
Saldos em 01 de janeiro de 2022		714.509	127.796	293.341	-	1.135.646
Redução de capital social		(460.000)	-	-	-	(460.000)
Distribuição de lucros de exercícios anteriores		-	-	(293.341)	-	(293.341)
Resultado do exercício		-	-	-	422.708	422.708
Destinações:						
Dividendos obrigatórios		-	-	(105.677)	-	(105.677)
Dividendos intermediários do exercício corrente		-	-	(65.256)	-	(65.256)
Lucro à disposição da assembleia		-	-	-	422.708	422.708
Saldos em 31 de dezembro de 2022		254.509	127.796	251.775	-	634.080
Saldos em 01 de janeiro de 2023		254.509	127.796	251.775	-	634.080
Distribuição de lucros de exercícios anteriores		-	-	(251.775)	-	(251.775)
Distribuição da reserva legal excedente		-	(76.894)	-	-	(76.894)
Resultado do exercício		-	-	-	487.050	487.050
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	(29.018)	-	(29.018)
Destinações:						
Dividendos obrigatórios		-	-	(121.763)	-	(121.763)
Dividendos intermediários do exercício corrente		-	-	(103.237)	-	(103.237)
Lucro à disposição da assembleia		-	-	-	487.050	487.050
Saldos em 31 de dezembro de 2023		254.509	50.902	233.032	-	538.443

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes dos impostos		487.050	422.708	731.080	637.657
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	10 e 11	-	-	139.016	143.505
Equivalência patrimonial	9	(487.051)	(422.709)	-	-
Encargos financeiros, líquidos	13	-	-	114.113	103.258
Reversão de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17	-	-	(133)	(768)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17	-	-	1.121	15.709
Resultado baixa de imobilizado	10	-	-	587	690
Resultado baixa de intangível	11	-	-	287	-
Atualização monetária da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17	-	-	6.376	8.445
Variação monetária e AVP do uso do bem público	16	-	-	64.710	120.627
Rendimento das aplicações financeiras	22	-	-	(6.852)	(60.309)
		(1)	(1)	1.050.305	968.814
Redução (aumento) dos ativos:					
Contas a receber de clientes		-	-	(4.591)	(21.381)
Impostos a recuperar		-	-	(23.845)	(820)
Despesas antecipadas		-	-	-	(115)
Outros créditos		-	-	540	7.938
Aumento (redução) dos passivos:					
Fornecedores		-	-	(4.547)	8.273
Salários e obrigações sociais		-	-	(119)	220
Impostos a recolher		-	-	25.283	632
Taxas regulamentares		-	-	2.138	(7.311)
Caixa gerado pelas operações		(1)	(1)	1.045.164	956.250
Despesas financeiras e juros pagos	13	(1)	(1)	(109.806)	(93.383)
IRPJ e CSLL pagos		-	-	(219.627)	(184.340)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(2)	(2)	715.731	678.527
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	10	-	-	(3.340)	(3.141)
Aplicações financeiras		-	-	-	244.472
Aquisição de intangível	11	-	-	(348)	(34)
Recebimento de dividendos		553.662	464.275	-	-
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento		553.662	464.275	(3.688)	241.297
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de dividendos	18.c	(476.775)	(464.274)	(476.775)	(464.274)
Distribuição da reserva legal excedente	18.b	(76.894)	-	(76.894)	-
Restituição de capital social aos acionistas		-	-	-	(460.000)
Pagamento do uso do bem público (UBP)	16	-	-	(96.490)	(90.953)
Captação de Debêntures	13	-	-	-	460.000
Amortização de empréstimos e financiamentos	13	-	-	(229.099)	(135.661)
Captação de aplicações financeiras vinculadas		-	-	8.652	-
Redução de aplicações financeiras vinculadas		-	-	-	(57.444)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(553.669)	(464.274)	(870.606)	(748.332)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(9)	(1)	(158.563)	171.492
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	16	17	381.282	209.790
					

continuação...

g. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

h. Uso do Bem Público

São os valores contratados relativos ao direito do uso de bem público para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com o União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela administração da Companhia e sua controlada.

i. Encargos setoriais

Estão contabilizados como custos dos serviços de energia elétrica, e são apurados pelo regime de competência.

(i) Programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico - P&D

Em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, o art. 24 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e o art. 12 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, as empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica, dentre outras, devem aplicar, anualmente, o percentual de 1% de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - Programa de P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela Aneel. A Companhia apresenta o saldo de P&D nas demonstrações financeiras conforme sua expectativa de realização dos projetos e o respectivo saldo não utilizado é atualizado mensalmente pelos juros da taxa SELIC.

(ii) Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

A compensação financeira, instituída pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, § 1º, e regulamentada pela Lei nº 7.990/1989, corresponde à indenização aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. O artigo 3º, da Lei 13.360, de 17 de novembro de 2016, determina que o valor a ser recolhido mensalmente corresponda a 7% da energia produzida no mês multiplicada pela Tarifa Atualizada de Referência (TAR), fixada pela Aneel, a ser paga pelos concessionários de serviço de energia elétrica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenha áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios, e a órgãos da administração direta da União.

J. Provisões

São reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente resultante de um evento passado cuja obrigação será requerida a ser liquidada e o montante desta é estimado de forma confiável.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação nas datas dos balanços, levando em conta os riscos e as incertezas da obrigação.

K. Ajuste a valor presente

As obrigações de uso do bem público são atualizadas pela inflação sendo utilizados os índices de IGP/M e IPCA. Esses valores são trazidos pelo seu valor presente em virtude de não serem remunerados por taxas de juros reais. A taxa de juros utilizada no início (2011) do cálculo do ajuste a valor presente foi pela taxa média de captação dos financiamentos de 5,30% a.a., e refletiu na avaliação da Administração, os custos e riscos específicos da sua captação de financiamentos. O ajuste a valor presente tem como contrapartida a conta de uso do bem público (passivo) e sua realização é registrada como despesa financeira pela fruição do prazo.

I. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

m. Partes relacionadas

Compreendem as transações de compra e venda de energia e prestação de serviços, que são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes, mediante contrato e conforme preços de mercado.

n. Receitas de venda de energia elétrica

A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica. A receita pela venda de energia é reconhecida de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente
 2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato
 3. Determinar o preço das transações
 4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho
 5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho
- Conforme descrito na nota explicativa nº 1, toda energia assegurada pela Companhia foi vendida no Ambiente de Contratação Regulada, sendo 40% através de Power Purchase Agreement – PPA e 60% através de Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado – CCEAR, e possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh anuais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

A receita operacional líquida é composta da receita de venda de energia, deduzida dos tributos, do programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico - P&D e da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, pois são calculados sobre a receita de venda de energia.

o. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e debêntures.

p. Novas normas e interpretações

Em 04 de agosto de 2023 foi aprovado o pronunciamento técnico CPC 12 (R1) - Ajuste a valor presente, no qual esclarece os requisitos básicos para apuração do ajuste a valor presente de elementos do ativo e passivo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos à vista	7	16	227	287
Aplicações financeiras	-	-	222.492	380.995
Total	7	16	222.719	381.282

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, cuja valorização tem como referência as variações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI de 100,5% a 105,2% (em 31 de dezembro de 2022 eram de 101% a 105,2% do CDI). São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e, por essa razão, foram considerados como equivalentes de moante, e o saldo em 31 de dezembro de 2023 tem como finalidade principal o pagamento dos impostos de ajuste anual de IRPJ e CSLL, dividendo aos acionistas e cobertura das operações de curto prazo da Companhia e sua controlada.

5 Aplicações financeiras vinculadas (consolidado)

Referem-se a aplicações financeiras (conta reserva) classificadas como valor justo por meio do resultado, que foram constituídas com o objetivo de atender condições previstas no contrato de financiamento com o BNDES e do contrato CUST (Custo de Uso do Sistema de Transmissão). Para o contrato de financiamento do BNDES, a conta reserva foi constituída no valor equivalente a, no mínimo, três vezes a última prestação vencida do serviço da dívida. O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 45.017 (R\$ 47.296 em 31 de dezembro de 2022).

Para garantia do pagamento dos encargos do Uso da Transmissão, a Companhia e sua controlada optaram pelo Contrato de Constituição de Garantia - CCG, onde deverá ser mantido em conta especial 110% do valor de um mês do seu pagamento mensal, sendo que esta conta poderá ser utilizada até o final do contrato de concessão, desde que a Companhia e sua controlada estejam cobertas por carta fiança. O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 11.241 (R\$ 10.762 em 31 de dezembro de 2022).

6 Contas a receber de clientes (consolidado)

	31/12/2023	31/12/2022
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	17.132	14.120
Suprimento de energia elétrica – PPA	57.571	58.830
Suprimento de energia elétrica – CCEAR	83.748	80.910
Total	158.451	153.860

Partes relacionadas (nota explicativa 24)
Outros clientes
91.704
84.454

O prazo médio de recebimento de contas a receber de clientes é de 48 dias. Não há títulos vencidos e provisionados como provisão para perdas de crédito esperadas em 31 de dezembro de 2023 de acordo com as políticas da Companhia.

7 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Créditos de PIS e COFINS	-	-	-	6
IRRF sobre aplicação financeira	2	2	686	2.085
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	-	25.342	4
Outros	-	-	257	345
Total	2	2	26.285	2.440
Circulante	2	2	25.957	2.027
Não circulante	-	-	328	413

8 Despesas antecipadas (consolidado)

	31/12/2023	31/12/2022
Seguros	509	502
Outras despesas antecipadas	-	7
Total	509	509
Circulante	493	496
Não circulante	16	13

Os prêmios de seguros são apropriados de acordo com os vencimentos e têm a seguinte composição:

		Consolidado	
	Vigência	31/12/2023	31/12/2022
Seguro de responsabilidade civil	30.05.23 a 30.05.24	13	13
Seguro de riscos operacionais	30.05.23 a 30.05.24	446	400
Seguro de veículos	03.05.23 a 03.05.24	14	6
Seguro D&O	30.09.23 a 30.09.24	7	9
Seguro empresarial	03.03.23 a 03.03.24	1	1
Seguro garantia	01.04.21 a 18.10.28	11	59
Seguro de equipamentos	18.11.21 a 01.11.26	17	21
Total		509	509

A Companhia e sua controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

9 Investimento em controlada

Representado por participação societária integral na controlada Foz do Chapecó, cujas principais informações estão demonstradas a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Quantidade de ações	254.129	254.129
% Participação	100%	100%
Ativo	2.984.291	3.228.110
Passivo	2.446.303	2.594.394
Patrimônio líquido	537.988	633.716
Receita Líquida	1.274.912	1.203.128
Resultado do exercício	487.051	422.709

A movimentação do investimento no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	633.716	1.135.282
Equivalência patrimonial	487.051	422.709
Distribuição de lucros de períodos anteriores (a)	(251.775)	(293.341)
Distribuição de lucros do exercício (b)	(225.000)	(170.934)
Mudança de políticas contábeis	(29.018)	-
Restituição de capital social aos acionistas (c)	-	(460.000)
Distribuição de reserva legal excedente	(76.986)	-
Saldo no final do exercício	537.988	633.716

(a) O montante de R\$ 251.775 foi distribuído conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 07 de junho de 2023, e pago em 13 de junho de 2023. O montante de R\$293.341 foi distribuído conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 29 de abril de 2022, e pago em 29 de junho de 2022. (b) O montante de R\$ 225.000 foi distribuído conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 26 de outubro de 2023, e pago R\$ 224.900 em 01 de novembro e 06 de dezembro de 2023. O montante de R\$170.934 foi distribuído conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 26 de setembro de 2022, e pago em 12 de dezembro de 2022. (c) O montante de R\$ 460.000 de capital social foi restituído aos acionistas conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 12 de abril de 2022 que autorizou a redução do capital social, vide nota explicativa nº 18.

10 Imobilizado (consolidado)

	31/12/2023		31/12/2022	
	Taxa média anual de deprec.	Custo	Depreciação	Saldo líquido
Em serviço:				
Terrenos	5,41%	185.207	(29.853)	155.354
Reservatórios, barragens e adutoras	5,41%	1.516.907	(502.459)	1.014.448
Edificações, obras civis e benfeitorias	5,41%	262.921	(89.496)	173.425
Máquinas e equipamentos	5,41%	845.747	(362.224)	483.523
Outros	5,41%	4.606	(2.347)	2.259
		2.815.388	(986.379)	1.829.009
Em curso:				
Terrenos		5.225	-	5.225
Edificações, obras civis e benfeitorias		-	-	46
Máquinas e equipamentos		17	-	17
Depósitos judiciais (*)		22.069	-	23.156
Material em depósito		880	-	900
Outros		1.161	-	812
		29.352	-	29.352
Total		2.844.740	(986.379)	1.858.361

(*) Depósitos judiciais relacionados a processos de desapropriações de terrenos estão em andamento aguardando julgamento.

A administração da Companhia e sua controlada revisaram os critérios de depreciação e decidiram que a partir de 01 de janeiro de 2021 a depreciação dos bens do ativo imobilizado estaria limitada ao prazo de concessão. Esta decisão foi definida após negativa da Aneel quanto a indenização ao final da concessão. Com a publicação da Resolução Homologatória nº 2.932 da Aneel, que aumenta em 1.011 dias o prazo da concessão, houve recálculo sobre o residual de imobilizado na data base 31 de agosto de 2021 e considerado o novo incremento na vida útil dos bens a partir de setembro de 2021. Antes do aumento do prazo de concessão, a taxa média de depreciação com a adoção do cálculo pelo prazo de concessão era de 6,28% a.a., passando para 5,41% a.a.

Em 01 de abril de 2022 a Aneel publicou no Diário Oficial da União a Resolução Autorizatória nº 11.412 de 29 de março de 2022, que reconheceu excludente de responsabilidade com base na alteração do cronograma de implantação da UHE Foz do Chapecó, estendendo em 680 dias o prazo de concessão. Houve recálculo da depreciação sobre o residual do imobilizado na data base 31 de março de 2022 considerando o aumento na vida útil a partir de abril de 2022 na depreciação mensal reconhecida a partir de abril de 2022.

Em 15 de agosto de 2023 a Aneel emitiu a Resolução homologatória nº 3.242, que estendeu mais 222 dias no prazo de concessão em decorrência dos 680 dias de excludente de responsabilidade que não havia sido considerado no cálculo quando houve a primeira extensão através da Resolução Homologatória nº 2.932 da Aneel. Com isso, houve acréscimo de 222 dias no cálculo linear da depreciação, e a taxa de depreciação de 5,41% permaneceu inalterada.

As três extensões citadas acima representaram, em conjunto, uma extensão de 1913 dias na outorga da concessão, com encerramento em 02 de fevereiro de 2024.

b. Movimentação do imobilizado em 2023

	31/12/2022	Adições	Baixas	Transfer.	31/12/2023
Em serviço:					
Terrenos	185.207	-	-	-	185.207
Reservatórios, barragens e adutoras	1.515.999	-	-	908	1.516.907
Edificações, obras civis e benfeitorias	262.781	-	-	140	262.921
Máquinas e equipamentos	845.404	-	(133)	476	845.747
Outros	3.632	-	(286)	1.260	4.606
	2.813.023	-	(419)	2.784	2.815.388

Depreciação acumulada	(883.502)	(103.028)	151	-	(986.379)
	1.929.521	(103.028)	(268)	2.784	1.829.009

Em curso:

Imobilizado em construção	29.115	3.340	(319)	(2.784)	29.352
	29.115	3.340	(319)	(2.784)	29.352
Total	1.958.636	(99.688)	(587)	-	1.858.361

Indisponibilidade dos bens

De acordo com o artigo 19 do Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1997, os bens e as instalações utilizados na produção de energia elétrica a partir do aproveitamento de potencial hidráulico, são vinculados a esses serviços, não podendo ser removidos ou alienados, sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador e fiscalizador do poder concedente.

c. Movimentação do imobilizado em 2022

	31/12/2021	Adições	Baixas	Transfer.	31/12/2022
Em serviço:					
Terrenos	185.207	-	-	-	185.207
Reservatórios, barragens e adutoras	1.515.999	-	-	-	1.515.999
Edificações, obras civis e benfeitorias	262.776	-	-	5	262.781
Máquinas e equipamentos	843.794	-	(356)	1.966	845.404
Outros	3.400	-	(124)	356	3.632
	2.811.176	-	(480)	2.327	2.813.023
Depreciação acumulada	(776.247)	(107.503)	248	-	(883.502)
	2.034.929	(107.503)	(232)	2.327	1.929.521
Em curso:					
Imobilizado em construção	28.759	3.141	(458)	(2.327)	29.115
	28.759	3.141	(458)	(2.327)	29.115
Total	2.063.688	(104.362)	(690)	-	1.958.636

11 Intangível (consolidado)

	31/12/2023		31/12/2022	
	Amortização acumulada	Saldo líquido	Amortização acumulada	Saldo líquido
Uso do Bem Público	773.848	(288.119)	485.729	487.371
Servidão	6.186	(3.026)	3.160	3.339
Repactuação do risco hidrológico	185.419	(22.211)	163.208	172.405
Outros	2.185			

continuação...

2025	227.744
2026	227.744
2027	197.867
Total	653.355

Cláusulas restritivas de contratos

BNDES - O BNDES poderá declarar antecipadamente vencido o contrato no caso de ocorrer uma das seguintes situações: (i) inadimplemento de qualquer obrigação da beneficiária ou dos intervenientes; (ii) redução do quadro de pessoal sem oferecer programa de treinamento ou programa de realocação; (iii) inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da beneficiária, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido "quórum" especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou, ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivos que importem em restrições à capacidade de crescimento da beneficiária ou a seu desenvolvimento tecnológico, restrições de acesso da beneficiária a novos mercados e restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação de financiamento; (iv) extinção da concessão outorgada pela Aneel para exploração do potencial energético; (v) constituição, sem prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia ao BNDES; (vi) alteração do Acordo de Acionistas da beneficiária sem prévia e expressa anuência do BNDES; (vii) não cumprimento dos contratos de garantia e do contrato de concessão; e (viii) falsidade de declaração e aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista.

Debêntures - A dívida poderá ser automaticamente declarada antecipadamente vencida no caso de ocorrer uma das seguintes situações: (i) inadimplemento ou inadimplimento, pela Emissora ou por qualquer de suas subsidiárias, em qualquer obrigação financeira de valor individual ou agregado superior a R\$ 46.000; (ii) liquidação, dissolução, cisão, fissão, incorporação, inclusive incorporação de ações, ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora; (iii) proposta pela Emissora e/ou por quaisquer subsidiárias de plano de recuperação extrajudicial; (iv) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora ou de suas subsidiárias; (v) inadimplemento pela Emissora de obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão; (vi) pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio pela Emissora acima do mínimo obrigatório, caso a Emissora esteja inadimplente com as obrigações pecuniárias descritas na Escritura de Emissão; (vii) se for declarada a invalidade, nulidade ou inexecutabilidade da Escritura de Emissão e/ou de qualquer de suas disposições, por decisão judicial imediatamente executável; (viii) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial e/ou de qualquer decisão arbitral ou administrativa imediatamente executável contra a Emissora e/ou suas subsidiárias em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 46.000; e (ix) alteração do tipo societário da Emissora.

Índice de Cobertura da Dívida

Os contratos de financiamento e a Escritura de Emissão de Debêntures possuem cláusulas que requerem que a controlada mantenha, durante o período de amortização do contrato, índice de cobertura do serviço da dívida de, no mínimo, 1,2 (um vírgula dois).

O coeficiente é calculado dividindo-se o valor do fluxo de caixa líquido das operações pelo valor do serviço da dívida, de acordo com parâmetros preestabelecidos no "Anexo VI ao Contrato de Financiamento mediante Repasse de Recursos - BNDES/FINEM nº 4.001.463-0", e no "Anexo B da Escritura de Emissão".

O cálculo é realizado anualmente e, em 31 de dezembro de 2023, a controlada apresentou índice de 2,2 (3,3 em 31 de dezembro de 2022) atingindo os índices de covenants tanto os financeiros quanto os qualitativos.

14 Impostos a recolher (consolidado)

a. Impostos a recolher			
	31/12/2023	31/12/2022	
COFINS	6.924	6.816	
PIS	1.498	1.468	
ICMS	31	34	
Outros	169	359	
Total	8.622	8.677	

b. Imposto de renda e contribuição social a recolher

	31/12/2023	31/12/2022	
Imposto de renda	118.393	117.398	
Contribuição social	39.966	38.558	
Total	158.359	155.956	

15 Taxas regulamentares (consolidado)

	31/12/2023	31/12/2022	
Pesquisa e Desenvolvimento	13.752	15.035	
Taxa de Fiscalização	270	243	
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	6.458	3.064	
Total	20.480	18.342	
Circulante	18.893	17.915	
Não circulante	1.587	427	

16 Uso do Bem Público (consolidado)

Compromisso com o Poder Concedente - Decorrente do direito de outorga fixo, refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação (direito de outorga), determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente. O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até o final da concessão, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M (40% do saldo) e IPCA (60% do saldo) em novembro de cada ano. O cálculo do valor foi efetuado considerando-se a variação do IGP-M e IPCA até 31 de dezembro de 2023.

a. Movimentação do Uso do Bem Público em 2023

31/12/2022							
	Atual.					AVP	31/12/2023
Uso do Bem							
Público	1.147.652	25.128	(287)	(96.490)	14.569	50.141	1.140.713
Circulante	96.691	-	-	-	-	-	96.338
Não circulante	1.050.961	-	-	-	-	-	1.044.375

b. Movimentação do Uso do Bem Público em 2022

31/12/2021					
	Atual.				
Uso do Bem Público	1.053.940	64.038	(90.953)	120.627	1.147.652
Circulante	89.805	-	-	-	96.691
Não circulante	964.135	-	-	-	1.050.961

17 Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (consolidado)

A Companhia e sua controlada são parte de processos judiciais, de natureza cível, trabalhista e fiscal. A Administração da Companhia e sua controlada, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, conforme movimentação abaixo:

a. Movimentação da provisão para riscos cíveis e trabalhistas - 2023

	31/12/2022	Atual.				31/12/2023
Riscos trabalhistas	365	6	149	-	-	520
Ação Indenizatória (*)	35.894	7.044	-	(133)	-	42.805
Ação regulatória (**)	21.126	(675)	972	-	-	21.423
Ação fiscal	8	1	-	-	-	9
Total	57.393	6.376	1.121	(133)	-	64.757
Circulante	34.797	-	-	-	-	41.665
Não circulante	22.596	-	-	-	-	23.092

(*) Em outubro de 2021 a ação cível pública, que questiona o valor a ser pago a título de compensação ambiental, teve seu risco de perda alterado de possível para provável, após decisão da Ministra Rosa Weber que não reconheceu o recurso extraordinário interposto, reduzindo as chances e possibilidades da controladora Foz do Chapecó. A expectativa da assessoria jurídica é a de desembolso ocorra em até 1 ano. Em 31 de dezembro de 2023 o valor atualizado desta ação está em R\$ 41.294 (R\$ 16.036 de principal e R\$ 25.258 de atualização).

(**) O Ministério de Minas e Energia - MME emitiu a portaria MME nº 178/2017 que estabelece novos valores de garantia física das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente no Sistema Interligado Nacional (SIN). Esta revisão de garantia física gerou uma alteração nos termos aditivos dos contratos CCVEs firmados entre partes relacionadas com efeitos a partir de janeiro de 2018. A homologação dos termos aditivos foi indeferida pela Aneel, levando a Companhia e sua controlada a ingressarem com ação visando a anulação do ato administrativo da Aneel que indeferiu a homologação. Houve uma liminar garantindo o efeito da revisão, e que foi revogada em 30 de julho de 2021, mas não processada na liquidação pela CCEE.

b. Movimentação da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas - 2022

	31/12/2021	Atual.				31/12/2022
Riscos trabalhistas	23	1	365	(24)	-	365
Ação Indenizatória	33.977	1.950	711	(744)	-	35.894
Ação regulatória	-	6.493	14.633	-	-	21.126
Ação fiscal	7	1	-	-	-	8
Total	34.007	8.445	15.709	(768)	-	57.393
Circulante	32.530	-	-	-	-	34.797
Não circulante	1.477	-	-	-	-	22.596

c. Possível
Em 31 de dezembro de 2023, as ações de risco possível totalizam o montante de R\$ 161.112 (R\$ 118.585 em 31 de dezembro de 2022) conforme segue:

• Processos socioambientais

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 16.312 (R\$ 18.916 em 31 de dezembro de 2022) corresponde a ações de desapropriações, compensação ambiental e indenizações impetradas por pessoas físicas e jurídicas que alegam terem sido afetadas pela construção nas áreas do reservatório da usina da controlada Foz do Chapecó.

• Processos regulatórios

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 70.273 (R\$ 37.462 em 31 de dezembro de 2022) corresponde a ação de anulação de perdas elétricas decorrentes das linhas de transmissão FCE-Xanxerê e FCE-Guarita.

• Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 69.314 e R\$ 4.290 (R\$ 62.066 e R\$ 113 em 31 de dezembro de 2022) são respectivamente ações tributárias referente aproveitamento de crédito de PIS e COFINS e de ação anulatória de notificação de ISS e de processos administrativos e intimações envolvendo ITR de áreas alagadas.

• Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 34 (R\$ 28 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a ações trabalhistas de funcionários de empresas subcontratadas.

• Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 889 (sem ação em 31 de dezembro de 2022) refere-se a ações cíveis de contratações.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e sua controlada possuem R\$ 22.069 (R\$ 23.156 em 31 de dezembro de 2022) de depósitos judiciais registrados no ativo imobilizado relacionados a processos de desapropriações, conforme nota explicativa nº 10.

18 Patrimônio líquido**a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado é de R\$254.509, representado por 254.509.342 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais da Companhia e sua controlada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	Participação - %
CPFL Geração Energia S.A.	129.799.764	51
Furnas Centrais Elétricas S.A.	101.803.737	40
Cia. Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G	22.905.841	9
Total	254.509.342	100

A Assembleia Geral Extraordinária de 12 de abril de 2022 autorizou a redução de capital, através do cancelamento de até 460.000.000 ações equivalente a R\$ 460.000.

Com base no art. 174 da Lei nº 6.404, a redução de capital social com restituição aos acionistas efetivou-se 60 dias após a publicação da ata da assembleia que ocorreu em 16 de maio de 2022 que deliberou sobre o tema. O capital social foi reduzido e o montante restituído aos acionistas em 15 de julho de 2022.

b. Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem constituído reservas de lucros no montante de R\$ 283.934, de acordo com a legislação societária.

De acordo com o art. 199 da lei 11.638/2007, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar não poderá ultrapassar o capital social. O limite atingido será deliberado em assembleia, e equacionado mediante distribuição de dividendos.

Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

Com a redução do capital social ocorrida em 15 de julho de 2022, a conta de reserva legal ficou excedente a 20% do capital social. Em Assembleia Geral Extraordinária datada de 07 de junho de 2023, deliberou-se sobre a aprovação da destinação do excedente da Reserva Legal como dividendos aos acionistas, no valor de R\$ 76.894, pago em 13 de junho de 2023.

Retenção

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de fazer face às obrigações decorrentes das operações de financiamentos.

Em Assembleia Geral Extraordinária datada de 29 de abril de 2022, deliberou-se pela distribuição de lucros de exercícios anteriores no montante de R\$ 293.341, conforme disponibilidade de caixa da Companhia e sua controlada.

Em Assembleia Geral Extraordinária datada de 07 de junho de 2023, deliberou-se pela distribuição de lucros de exercícios anteriores no montante de R\$ 251.775, conforme disponibilidade de caixa da Companhia e sua controlada.

c. Dividendos declarados

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Lucro líquido do exercício	2023	487.050
Reserva legal - 5%	-	-
Base de cálculo de dividendos	487.050	-
Dividendos propostos intermediários distribuídos em 2022	121.763	-
Total	365.287	-

A seguir a movimentação de dividendos a pagar:
Saldo em 31 de dezembro de 2021
Distribuição de reservas de lucros 293.341
Distribuição de dividendos intermediários 2022 170.933
Pagamento dividendos adicionais 2021 (293.341)
Pagamento dividendos mínimos obrigatórios 2022 (105.677)
Pagamento dividendos intermediários 2022 (65.256)
Saldo em 31 de dezembro de 2022

Distribuição de reservas de lucros 251.775
Distribuição de dividendos intermediários 2023 225.000
Pagamento dividendos adicionais 2022 (251.775)
Pagamento dividendos mínimos obrigatórios 2023 (121.763)
Pagamento dividendos intermediários 2023 (103.237)
Saldo em 31 de dezembro de 2023

Os dividendos excedentes de 2021 no montante de R\$ 293.341 foram pagos em 29 de junho de 2022.
Os dividendos intermediários de 2022 no montante de R\$ 170.933 foram pagos em 12 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e sua controlada não apresentaram dividendos propostos de 25% a pagar, pois esta obrigação já foi executada quando foram pagos os dividendos intermediários.

Os dividendos excedentes de 2022 no montante de R\$ 251.775 foram pagos em 13 de junho de 2023.
Os dividendos intermediários de 2023 no montante de R\$ 225.000 foram pagos em 01 de novembro e 06 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia e sua controlada não apresentaram dividendos propostos de 25% a pagar, pois esta obrigação já foi executada quando foram pagos os dividendos intermediários.

19 Receita operacional líquida (consolidado)

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida, apresentada na demonstração do resultado do período:

	31/12/2023	31/12/2022
Quantidade	Quantidade	Quantidade
(MWh)	(MWh)	(MWh)
Valor	Valor	Valor
Suprimento de energia elétrica - CCEAR	2.268.840,0	2.268.840,0
Suprimento de energia elétrica - PPA	1.496.908,8	1.496.908,8
Energia elétrica de curto prazo - CCEE	1.405.360,1	33.613
	1.443.751	5.699.281,3
	(131.665)	(124.493)
	(12.717)	(12.002)
Tributos sobre a receita	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	-	-
Compensação Financeira pela	-	-
Utilização de Recursos Hídricos	(24.457)	(22.932)
	(37.174)	(34.934)
Receita operacional líquida	5.171.108,9	1.274.912

20 Custo de geração de energia elétrica (consolidado)

31/12/2023				31/12/2022			
Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade
(MWh)	(MWh)	(MWh)	(MWh)	(MWh)	(MWh)	(MWh)	(MWh)
Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	802.638,3	(17.508)	1.544.681,9	(11.270)	-	-	-
Fornecedores diversos de energia elétrica	385.440,0	(58.028)	217.440,0	(41.287)	385.440,0	(6.904)	4.943
Créditos de PIS e COFINS	-	6.904	-	4.943	-	-	-
Total	1.188.078,3	(68.632)	1.762.121,9	(47.614)	385.440,0	(6.904)	4.943

Em 2022, devido à baixa vazão do rio Uruguai houve redução da geração de energia elétrica, desta forma foi necessário comprar energia no mercado de curto prazo.

b. Custos da produção de energia

	31/12/2023	31/12/2022
Depreciação e amortização	(138.972)	(143.466)
Pessoal	(7.518)	(6.477)
Serviços de terceiros	(19.139)	(27.589)
Materiais	(1.329)	(1.009)
Provisão contingências	(972)	(14.633)
Seguros	(56.795)	(53.881)
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão	(123.147)	(109.987)
Outros	(3.982)	(3.895)
Créditos de PIS e COFINS	26.482	26.023
Total	(325.372)	(334.914)
Total (a) + (b)	(394.004)	(382.528)

21 Despesas operacionais gerais e administrativas (consolidado)

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	(3.459)	(3.376)
Depreciação e amortização	(44)	(39)
Pessoal	(3.000)	(2.962)
Materiais	(69)	(62)
Provisão contingências	(149)	(366)
Reversão contingências	60	26
Outros	(429)	(339)
Créditos de PIS e COFINS	14	12
Total	(7.076)	(7.106)

22 Resultado financeiro

Controladora	
31/12/2023	31/12/2023
Despesas financeiras	
Outras despesas financeiras	(1)
	(1)
Total	(1)

Consolidado	
31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	46.393
Outras receitas financeiras	958
PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(2.202)
	45.149
	58.616

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos	(114.113)	(103.257)
Variação monetária e AVP do uso do bem público	(64.710)	(120.627)
	(7.884)	(10.311)
	(186.707)	(234.195)
Total	(141.558)	(175.579)

23 Imposto de renda e contribuição social (consolidado)

Consolidado	
31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	731.080
Alíquota nominal	34%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota nominal	(248.567)
Outras adições (exclusões) líquidas	4.537
Despesa de acordo com a alíquota efetiva	(244.030)
Alíquota efetiva	33,38%
Corrente	(244.664)
Diferido	634

a. Imposto diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022,

continuação..

Lago Azul Transmissão S.A.	(17)	(16)
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	(162)	(153)
CPFL Transmissão de Energia Morro Agudo Ltda.	(12)	(11)
Tesb Transmissora de Energia Sul Brasil LTDA	-	(34)
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	(1.004)	(964)
Comp. de Ger. e Transm. de Ener. Elét. do Sul do Brasil – Eletro	(4.741)	(4.179)
TSM - Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.	-	(428)
CPFL Transmissão de Energia Maracanau Ltda.	(8)	(4)
CPFL Transmissão de Energia Sul II Ltda.	(81)	(11)
Caldas Novas Transmissão S.A.	(4)	(4)
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	(2.584)	-
Total	(48.587)	(47.452)

Compra de energia (Custo)	31/12/2023	31/12/2022
Furnas-Centrals Elétricas S.A.	(44.434)	(34.344)
Total	(44.434)	(34.344)

25 Honorários da Administração (consolidado)
Estão registrados na rubrica de honorários da administração no grupo de despesas operacionais:

	31/12/2023	31/12/2022
Salários e honorários	(935)	(894)
Encargos sociais e benefícios	(351)	(371)
Participação nos lucros	(248)	(433)
Total	(1.534)	(1.698)

26 Instrumentos financeiros (consolidado)
a. Classificação contábil e valor justo
A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Ativos financeiros	31/12/2023			31/12/2022		
	Nota	Valor Contábil	Valor Hierarquial	Valor Contábil	Valor Hierarquial	Valor Hierarquial
Valor justo por meio do resultado:						
Caixa e equiv. de caixa – Aplicações financeiras	4	222.492	222.492	Nível 2	380.995	380.995
Aplicações financeiras vinculadas	5	<u>56.258</u>	<u>56.258</u>	Nível 2	<u>58.058</u>	<u>58.058</u>
		<u>278.750</u>	<u>278.750</u>		<u>439.053</u>	<u>439.053</u>

Custo amortiz.:

Caixa e equiv. de caixa. – Dep. a vista	4	227	227	287	287
Contas a rec. client.	6	158.451	158.451	153.860	153.860
Outros créditos		<u>8.520</u>	<u>8.520</u>	<u>9.057</u>	<u>9.057</u>
		<u>167.198</u>	<u>167.198</u>	<u>163.204</u>	<u>163.204</u>

Passivos financeiros

Custo amortiz.:					
Fornecedores	12	21.870	21.870	26.417	26.417
Emprést. e financ.	13	887.802	887.802	1.112.594	1.112.594
Uso do bem púb.	16	<u>1.140.713</u>	<u>1.140.713</u>	<u>1.147.652</u>	<u>1.147.652</u>
		<u>2.050.385</u>	<u>2.050.385</u>	<u>2.286.663</u>	<u>2.286.663</u>

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros
Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e sua controlada reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros
A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito (veja item "ii");
- Risco de liquidez (veja item "iii"), e
- Risco de mercado (veja item "iv").

(i) Estrutura de gerenciamento de risco
O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia e sua controlada estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e sua controlada.

(ii) Risco de crédito
Risco de crédito é o risco que a Companhia e sua controlada incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada.

Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco.

Também surge da possibilidade de a Companhia e sua controlada virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado pela Companhia e por sua controlada como baixo, devido ao histórico de pagamentos de seus clientes e por ser uma atividade regulada. Adicionalmente, 40% de suas vendas de energia são para as Empresas do Grupo CPFL, acionista da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, não há contas a receber ou instrumentos financeiros para os quais foi constituída provisão para perdas esperadas ou com problemas de recuperação.

(iii) Risco de liquidez
Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e sua controlada irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e sua controlada na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e sua controlada.

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada mantêm saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia e sua controlada investem o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa nº 4), escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2023, os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia e sua controlada possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir demonstra o prazo de vencimento esperado para os passivos financeiros, contratados pela Companhia e sua controlada, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros e atualizações estimados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2023.

N.E	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
UBP	16	(8.028)	(16.056)	(72.879)	(100.718)	(95.519)	(2.161.963)
Emprést., financ. e Debêntures	13	(15.172)	(29.868)	(265.033)	(286.094)	(262.401)	(204.726)
Fornecedores	12	(21.870)	-	-	-	-	(21.870)
		<u>(45.070)</u>	<u>(45.924)</u>	<u>(337.912)</u>	<u>(386.812)</u>	<u>(357.920)</u>	<u>(2.366.689)</u>
		<u>(45.070)</u>	<u>(45.924)</u>	<u>(337.912)</u>	<u>(386.812)</u>	<u>(357.920)</u>	<u>(3.540.327)</u>

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia e sua controlada ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial: A Companhia e sua controlada, não possuem exposição a riscos cambiais. **Risco de taxa de juros:** Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia e sua controlada, bem como as despesas financeiras decorrentes dos financiamentos, são afetados pelas variações das taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em fosse mantido nesta data, e que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses, para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 13,04% a.a.; TJLP 6,55% a.a.; IGPM -3,46% a.a.; IPCA 4,68% a.a.). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos abaixo, o valor da despesa financeira líquida em 2024 seria impactado em:

Instrumentos financeiros ativos – Aplicações Financeiras

Valor exposto	Risco	CDI		
		Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
278.750	Redução da CDI	(8.249)	(15.274)	(22.298)

Instrumentos financeiros passivos - Financiamento BNDES

Valor exposto	Risco	TJLP		
		Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
(518.182)	Aumento da TJLP	(38.439)	(48.048)	(57.658)

Instrumentos financeiros passivos – Debêntures

Valor exposto	Risco	CDI		
		Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
(369.620)	Aumento da CDI	(41.213)	(49.868)	(58.430)

**Instrumentos financeiros passivos – UBP
IGPM– IPCA**

Valor exposto	Risco	Cenário Provável I		
		Cenário II	Cenário III	
(1.140.713)	Aumento do IGPM – 60% e IPCA – 40%	(100.581)	(74.696)	(77.542)

• Cenário Provável (I): Os índices de CDI, TJLP, IGPM e IPCA considerados no cenário provável são de: 13,04% a.a., 6,55% a.a., -3,46% a.a. e 4,68% a.a. respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado. Para a UBP foi realizada ponderação da variação do IGPM, em 40%, e do IPCA, em 60%.

• Cenário II e III: Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de redução ou elevação foram aplicados sobre os índices do cenário provável.

A Companhia e sua controlada optaram por apresentar a análise de sensibilidade relativa

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Chapecoense Geração S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Chapecoense Geração S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o parecer dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido em 31 de janeiro de 2024, referente ao resultado do ano de 2023. Após examinada a proposta, recebendo inclusive, por parte da Administração da Companhia, todos os esclarecimentos julgados necessários, os membros do Conselho Fiscal, manifestando-se, de forma unânime, pela aprovação.

Com base nos exames efetuados, constatando-se que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e

ao risco de taxa de juros para cada um de seus instrumentos financeiros expostos a este risco em separado devido ao fato de que estes instrumentos financeiros estão expostos a diferentes indexadores de juros.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e sua controlada não operaram com instrumentos financeiros derivativos nem outros ativos de riscos.

(v) Outros riscos

Análise de risco de não renovação da concessão

A controlada Foz do Chapeco detém a concessão para exploração de serviços de geração de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que seja renovada pela Aneel e/ou pelo Ministério das Minas e Energia. Caso a renovação da concessão não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia e sua controlada (nova licitação), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Análise de risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da estratégia entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações. A estrutura de capital da controlada é baseada em forte participação do capital de terceiros, tomado com o BNDES para financiamento da construção da UHE Foz do Chapeco. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a controlada monitora permanentemente os níveis de endividamento e fluxos de caixa.

Análise de risco sobre os impactos da crise hídrica

A energia gerada pela controlada Foz do Chapeco depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentado os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional operado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe os agentes a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos. Para reduzir a exposição a este risco, a controlada Foz do Chapeco aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência deste risco hidrológico para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio.

27 Compromissos contratuais (consolidado)
Seguem abaixo os compromissos de longo prazo da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2023:

Obrigações contratuais	Até 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão	(119.136)	(251.156)	(270.059)	(2.213.102)	(2.853.453)
Compra de energia	(57.937)	(80.609)	(42.671)	-	(181.217)
Contratos de O&M	(621)	-	-	-	(621)
Contratos de venda	1.424.997	2.988.938	2.382.178	14.680.374	21.476.487
Total	1.247.303	2.657.173	2.069.448	12.467.272	18.441.196

Obrigações contratuais

Até 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
(119.136)	(251.156)	(270.059)	(2.213.102)	(2.853.453)

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 31 de janeiro de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Adriano Machado
Contador CRC 1PR042584/O-7

Florianópolis/SC, 15 de fevereiro de 2024.

Conselheiros Fiscais:
Carlos Victor Pereira Sicard Cyrino
Tiago da Costa Parreira
Viviane Duarte dos Santos



FOZ DO CHAPECÓ ENERGIA S.A.
CNPJ 04.591.168/0001-70

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	222.712	381.266	Fornecedores	11	21.870	26.417
Contas a receber de clientes	6	158.451	153.860	Empréstimos, financiamentos e Debêntures	12	234.447	235.203
Impostos a recuperar	7	25.955	2.025	Salários e obrigações sociais		1.903	2.022
Despesas antecipadas	8	493	496	Impostos a recolher	13.a	8.622	8.677
Outros créditos		3.116	4.923	Imposto de renda e contribuição social a recolher	13.b	183.697	155.956
		410.727	542.570	Taxas regulamentares	14	18.893	17.915
				Uso do bem público	15	96.338	96.691
				Provisão para riscos cíveis	16	41.665	34.797
				Dividendos declarados	17.c	445	345
						607.880	578.023
Não circulante				Não circulante			
Despesas antecipadas	8	16	13	Empréstimos, financiamentos e Debêntures	12	653.355	877.391
Aplicações financeiras vinculadas	5	56.258	58.058	Taxas regulamentares	14	1.587	427
Impostos a recuperar	7	328	413	Uso do bem público	15	1.044.375	1.050.961
Outros créditos		5.400	4.133	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	16	23.092	22.596
Imobilizado	9	1.858.361	1.958.636	Impostos diferidos	22.a	116.014	64.996
Intangível	10	653.201	664.287			1.838.423	2.016.371
		2.573.564	2.685.540	Patrimônio líquido	17		
				Capital social		254.129	254.129
				Reservas de lucros		283.859	379.587
				Total do patrimônio líquido		537.988	633.716
Total do ativo		2.984.291	3.228.110	Total do passivo e patrimônio líquido		2.984.291	3.228.110

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	18	1.274.912	1.203.128
Custo de geração de energia elétrica	19	(394.004)	(382.528)
Resultado bruto		880.908	820.600
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	20	(7.076)	(7.106)
Honorários da administração	24	(1.534)	(1.698)
Outras despesas operacionais, líquidas		340	1.440
		(8.270)	(7.364)
Resultado antes do resultado financeiro		872.638	813.236
Receitas financeiras	21	45.149	58.616
Despesas financeiras	21	(186.706)	(234.194)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		731.081	637.658
Contribuição social corrente	22	(64.777)	(57.036)
Imposto de renda corrente	22	(179.887)	(158.388)
Contribuição social diferida	22	168	126
Imposto de renda diferido	22	466	349
Resultado do exercício		487.051	422.709

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício	487.051	422.709
Total do resultado abrangente	487.051	422.709

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$)

	Reservas de lucros				Total
	Capital social	Legal	Retenção	Lucros acumulados	
Saldos em 01 de janeiro de 2022	714.129	127.812	293.341	-	1.135.282
Redução de capital social	(460.000)	-	-	-	(460.000)
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	-	-	(293.341)	-	(293.341)
Resultado do exercício	-	-	-	422.709	422.709
Destinações:					
Dividendos obrigatórios	-	-	(105.677)	-	(105.677)
Dividendos intermediários do exercício corrente	-	-	(65.257)	-	(65.257)
Lucro à disposição da assembleia	-	-	422.709	(422.709)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	254.129	127.812	251.775	-	633.716
Saldos em 01 de janeiro de 2023	254.129	127.812	251.775	-	633.716
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	-	-	(251.775)	-	(251.775)
Distribuição da reserva legal excedente	-	(76.986)	-	-	(76.986)
Resultado do exercício	-	-	-	487.051	487.051
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(29.018)	-	(29.018)
Destinações:					
Dividendos obrigatórios	-	-	(121.763)	-	(121.763)
Dividendos intermediários do exercício corrente	-	-	(103.237)	-	(103.237)
Lucro à disposição da assembleia	-	-	487.051	(487.051)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	254.129	50.826	233.033	-	537.988

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes dos impostos		731.081	637.658
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	09 e 10	139.016	143.505
Encargos financeiros, líquidos	12	114.113	103.258
Reversão de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	16	(133)	(768)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	16	1.121	15.709
Resultado baixa de imobilizado	9	587	690
Resultado baixa de intangível	10	287	-
Atualização monetária da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	16	6.376	8.445
Varição monetária e AVP do uso do bem público	15	64.710	120.627
Rendimento das aplicações financeiras	21	(6.852)	(60.309)
		1.050.306	968.815
Redução (aumento) dos ativos:			
Contas a receber de clientes		(4.591)	(21.381)
Impostos a recuperar		(23.845)	(820)
Despesas antecipadas		-	(115)
Outros créditos		540	7.938
Aumento (redução) dos passivos:			
Fornecedores		(4.547)	8.273
Salários e obrigações sociais		(119)	220
Impostos a recolher		25.284	632
Taxas regulamentares		2.138	(7.311)
Caixa gerado pelas operações		1.045.166	956.251
Despesas financeiras e juros pagos	12	(109.806)	(93.383)
IRPJ e CSLL pagos		(219.627)	(184.340)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		715.732	678.528
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	9	(3.340)	(3.141)
Aplicações financeiras		-	244.473
Aquisição de intangível	10	(348)	(34)
Fluxo de caixa usado nas (proveniente das) atividades de investimento		(3.688)	241.298
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	17.c	(476.675)	(464.275)
Distribuição da reserva legal excedente	17.b	(76.986)	-
Restituição de capital social aos acionistas		-	(460.000)
Pagamento do uso do bem público	15	(96.490)	(90.953)
Captação de debêntures	12	-	460.000
Amortização de empréstimos e financiamentos	12	(229.099)	(135.661)
Captação de aplicações financeiras vinculadas		8.652	-
Redução de aplicações financeiras vinculadas		-	(57.444)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(870.598)	(748.333)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(158.554)	171.493
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	381.266	209.773
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		222.712	381.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Diretoria
Peter Eric Volf - Diretor Superintendente
Otávio Luiz Rennó Grilo - Diretor

Conselho de Administração
Rodolfo Coli da Cunha
Bruno Augusto Pereira Rovea
Rodolfo Nardez Siro
Cristiane Nunes Maia Wandelli
Anderson Lanna Alves Bittencourt
Rogerio Gonçalves Pizeta

Contadora
Gabriela Cristina Veber
CRC/SC 029196/O-2

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Foz do Chapecó Energia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o parecer dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido em 31 de janeiro de 2024, referente ao resultado do ano de 2023. Após examinada a proposta, recebendo inclusive, por parte da Administração da Companhia, todos os esclarecimentos julgados necessários, os membros do Conselho Fiscal, manifestaram-se, de forma unânime, pela aprovação.

Com base nos exames efetuados, constatando-se que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Foz do Chapecó Energia S.A., e à vista do parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes de 31 de janeiro de 2024, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação da proposta a ser submetida à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia.

Florianópolis/SC, 15 de fevereiro de 2024.

Conselheiros Fiscais:
Carlos Victor Pereira Sicard Cyrino
Tiago da Costa Parreira
Viviane Duarte dos Santos

Precisou de
publicação legal?

Temos equipes especializadas para orientar e diagramar sua publicação.

Fale com o ND!
(48)99127-3939
(48)3212-4127



Certificado
Instituto
Verificador de
Comunicação IVC